

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: O Liberal

Class.: Índios / Educação

Data: 12/12/93

Pg.: EDIR 0137

Índios podem ter uma educação diferenciada

O 1º Seminário Nacional de Educação Escolar Indígena encerrou, em Marituba, com uma plenária sobre a Política de Educação Indígena, pela primeira vez definida no país e cujo documento final foi concluído em 30 de novembro passado. Com base nos direitos que a Constituição assegura aos indígenas — a igualdade de participação na sociedade brasileira e o direito à diferença —, o documento oficial garante escola diferenciada, específica, bilingüe e intercultural aos povos indígenas.

O ministro da Educação, Murilo Hingel, viria fazer o anúncio das Diretrizes para a Política Nacional de Educação Escolar Indígena mas cancelou a sua participação, por estar com viagem marcada para Nova Delhi. Ele foi representado pela presidenta do Comitê de Educação Escolar Indígena, Mariceusa

Gazzeta, que apresentou o documento a todos os participantes do seminário. Ela disse que o documento é de extrema importância porque a educação escolar indígena, até agora, vinha sendo tratada como algo à parte e a partir deste documento passará a integrar o sistema nacional de Educação, onde União, Estados e Municípios passarão a ter responsabilidades.

Na plenária, uma das recomendações tratou do caso das missões atuantes nas áreas indígenas. Os organismos que passarão a ser envolvidos efetivamente na Educação Escolar Indígena terão que fiscalizar o trabalho das missões e verificar se elas atendem o que prevê as diretrizes da Política Indígena. Os participantes explicaram que não se trata de patrulhamento ideológico contra as missões, mas apenas uma fiscalização para que os princípios

ora definidos sejam respeitados. O documento inclusive prevê a urgência na formação de professores índios e a formação de quadros não-índios em nível local (nas Secretarias de Estado, nas administrações regionais da Funai e delegacias do MEC).

Os participantes, durante a plenária, observaram que no Brasil existem cerca de 200 sociedades indígenas diferentes, falando em torno de 180 línguas e habitando centenas de aldeias situadas em diferentes Estados da Federação. A especificidade e diferença, que marcarão agora as escolas indígenas, se baseiam em tradições culturais e processos históricos distintos das sociedades indígenas. A interculturalidade, ou seja, o intercâmbio positivo e mutuamente enriquecedor entre as culturas das diversas sociedades também será característica básica da escola indígena.